



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570708 - SP (2020/0079992-3)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : IAGO COSTA DA MATA
ADVOGADO : IAGO COSTA DA MATA - SP392569
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RICARDO CARLOS MARIANO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de RICARDO CARLOS MARIANO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 1509567-69.2018.8.26.0577).

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, à pena de 2 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, e multa, pela prática do crime previsto no art. 155, § 4º, incisos I e IV, do Código Penal (e-STJ fls. 24/31).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, o qual foi improvido (e-STJ fls. 32/42), em acórdão assim ementado:

Furto qualificado privilegiado — Art. 155, §4º, incisos I e IV. do Código Penal — Absolvição por não existir prova de que o réu concorreu para a prática do delito — Impossibilidade — O veículo do réu foi flagrado pelas câmeras de segurança no momento do delito - Réu afirmou estar sempre uniformizado por conta de seu trabalho, assim como estava o furtador filmado pelo sistema de vigilância do estabelecimento vítima - A empreitada foi gravada por câmeras de monitoramento — Conjunto probatório suficiente para lastrear o decreto condenatório — Afastamento das qualificadoras - Inviável — As qualificadoras restaram devidamente comprovadas pelos Laudos Periciais de fls. 98/107 e 146/170 — Diminuição da pena em razão do reconhecimento da participação de menor importância - Incabível - A participação do apelante foi ativa e voluntária, decorrente de nítida divisão de tarefas - Fixação de um regime mais brando para início de cumprimento da pena - Imponderável — Réu ostenta maus antecedentes - Medida diversa da definida na r. sentença se mostraria incompatível com o caráter coercitivo da reprimenda — Pena e regime mantidos - Recurso desprovido.

No presente *mandamus* (e-STJ fls. 3/10), o impetrante sustenta que o acórdão impugnado impôs constrangimento ilegal ao paciente, pois reconheceu como maus antecedentes condenação depurada pelo decurso do prazo previsto no art. 64, inciso I, do

Código Penal. Afirma que o antecedente utilizado deve ser desconsiderado, sob pena de ser conferido caráter perpétuo à condenação previamente sofrida. Em consequência do afastamento dos maus antecedentes, entende que a pena-base do paciente deve ser reduzida ao patamar mínimo legal e o regime inicial abrandado para aberto.

Ao final, liminarmente e no mérito, pede a concessão da ordem para que a pena-base do paciente seja reduzida e, em consequência, o estabelecimento do regime inicial aberto.

É o relatório. **Decido.**

Não obstante as razões deduzidas na petição inicial, não é possível dar seguimento ao presente *writ*.

Afinal, a tese ora suscitada – inviabilidade de utilização de condenação depurada pelo decurso do prazo previsto no art. 64, inciso I, do Código Penal para efeito de maus antecedentes – não foi objeto de exame pelo Tribunal *a quo*, que se limitou a enfrentar as teses apresentadas pela defesa em seu recurso de apelação.

Dessa forma, revela-se incabível o respectivo exame no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, sob pena de supressão de instância.

Nesse sentido, segue a jurisprudência desta Corte:

[...] DOSIMETRIA. MATÉRIA NÃO ANALISADA NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. CONCESSÃO DE HABEAS CORPUS DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.

1. Inviável a concessão de habeas corpus de ofício se a matéria relativa à aplicação da pena ainda não foi analisada pelas instâncias ordinárias, pois implicaria em indevida supressão de instância.

2. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 1.382.235/PR, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, DJe 26/10/2016).

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. NULIDADE DAS PROVAS. MATÉRIA NÃO EXAMINADA PELO TRIBUNAL A QUO. INDEVIDA SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Conforme reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o prequestionamento das teses jurídicas constitui requisito de admissibilidade da via, inclusive em se tratando de matérias de ordem pública, sob pena de incidir em indevida supressão de instância e violação da competência constitucionalmente definida para esta Corte. Precedentes.

2. "Inviável a apreciação, diretamente por esta Corte Superior de Justiça, dada a sua incompetência para tanto e sob pena de incidir-se em indevida supressão de instância, da aventada nulidade das provas produzidas (...)" (HC 318.623/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 21/05/2015, DJe 28/05/2015).

3. Agravo regimental não provido (AgRg no HC 196.282/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, DJe 18/10/2016).

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do STJ, **indefiro liminarmente** a petição inicial do *habeas corpus*.

Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca
Relator